

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CLARICE HENDLER MAGNUS

**AS FINANÇAS PESSOAIS E O PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO: O
ENTENDIMENTO DOS ACADÊMICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL
CATARINENSE**

CRICIÚMA

2018

CLARICE HENDLER MAGNUS

**AS FINANÇAS PESSOAIS E O PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO: O
ENTENDIMENTO DOS ACADÊMICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (ª) Esp. Realdo de Oliveira da Silva

CRICIÚMA

2018

CLARICE HENDLER MAGNUS

**AS FINANÇAS PESSOAIS E O PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO: O
ENTENDIMENTO DOS ACADÊMICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Financeira.

Criciúma, 05 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Realdo de Oliveira da Silva – Especialista - UNESC - Orientador

Leonel Luiz Pereira - Mestre - UNESC

Ângelo Natal Périco - Especialista - UNESC

**Aos meus familiares e amigos, pelo amor,
incentivo e apoio incondicional.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me disponibilizado todas as condições necessárias para eu chegar até aqui.

Ao meus pais, José e Clécia, e ao meu irmão, Guilherme, por todo apoio e compreensão oferecidos durante todos estes anos de faculdade e, principalmente, por sempre acreditarem em mim.

Aos meus amigos por toda a confiança e apoio durante este momento importante na minha vida.

As coordenações dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense por permitirem realizar esta pesquisa e aos acadêmicos pela compreensão e auxílio.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma auxiliaram para que eu pudesse concluir este trabalho.



AS FINANÇAS PESSOAIS E O PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO: O ENTENDIMENTO DOS ACADÊMICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

Clarice Hendler Magnus¹

Realdo de Oliveira da Silva²

RESUMO: O planejamento financeiro auxilia os indivíduos a terem um maior controle sobre suas finanças e assim garante uma maior segurança ao fim das atividades laborais. O presente artigo possui como objetivo geral compreender o entendimento dos acadêmicos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas sobre a manutenção do padrão de vida e poder econômico ao fim das atividades laborais e como objetivos específicos os seguintes: *I)* demonstrar a importância do planejamento pessoal para o controle das finanças a longo prazo; *II)* destacar a importância do planejamento previdenciário aos jovens; *III)* estudar o perfil dos jovens com relação ao planejamento financeiro para a aposentadoria. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o método utilizado possui abordagem descritiva e quantitativa, os resultados foram obtidos por meio da aplicação da pesquisa com 99 acadêmicos de uma população de 160, ou seja, houve um retorno de 61,88%. Como resultado identificou-se que cerca de 90% dos acadêmicos compreendem a importância sobre realizar um planejamento financeiro e quase 70% concordam totalmente com a importância da realização de investimentos, porém apenas 27,27% dos acadêmicos já começaram o planejamento para a aposentadoria. Foi possível constatar que os acadêmicos se encontram divididos quando questionados sobre a disponibilidade de recursos da previdência social para manter os benefícios e por este motivo a maioria pretende começar um planejamento em menos de 5 anos.

PALAVRAS – CHAVE: Controle financeiro. Padrão de vida. Investimentos financeiros. Aposentadoria.

AREA TEMÁTICA: Tema 01 - Contabilidade Financeira

1 INTRODUÇÃO

Finanças pessoais é um tema que surge no país em decorrência do descontrole financeiro de grande parte da população e pela necessidade de planejar se para o futuro. Logo é definida como uma forma de controle para que as pessoas físicas possam economizar, planejar-se e saber onde investir seus recursos.

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Atualmente o Brasil passa por uma crise política que afeta o bem-estar da população. Dentre os principais dilemas apresentados está em discussão a reforma da previdência social em decorrência do déficit apresentado no sistema previdenciário nos últimos anos.

Além disso, a queda de contribuintes ativos comparados aos inativos são motivos que elevam o déficit, consequência a opção das famílias por terem menos filhos e pela entrada tardia dos jovens no mercado de trabalho se comparado ao século passado. Esse fato aliado ao aumento contínuo da expectativa de vida faz com que a população questione quanto a disponibilidade de recursos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para que as futuras gerações se aposentem pela previdência social.

Neste contexto, tem-se a seguinte questão problema: o jovem se prepara financeiramente a longo prazo para a nova perspectiva imposta pelo déficit previdenciário?

O objetivo geral desta pesquisa é compreender o entendimento dos acadêmicos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas sobre a manutenção do padrão de vida e poder econômico ao fim das atividades laborais.

Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes: I) demonstrar a importância do planejamento pessoal para o controle das finanças a longo prazo; II) destacar a importância do planejamento previdenciário aos jovens; III) estudar o perfil dos jovens com relação ao planejamento financeiro para a aposentadoria.

Este estudo se torna oportuno visto que o Brasil passa por mudanças demográficas que influenciam no sistema previdenciário, na qual a expectativa de vida da população cresce e as taxas de fecundidade diminuem. A taxa de crescimento da população, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), foi de 1,17% de 2000 à 2010. Comparado as décadas anteriores houve uma queda de 28,7% nas taxas de fecundidade.

Desta forma, o número de contribuintes está cada vez menor em comparação ao número de inativos. Logo, há um déficit na Previdência Social. Como decorrência disso, o governo vem analisando uma nova proposta de previdência para que os benefícios continuem existindo.

Com base nisso, este estudo se justifica diante da sociedade como uma fonte de informação sobre investimentos e servindo como alerta para a nova perspectiva imposta pela reforma previdenciária. Para a Universidade, se torna relevante como um material de apoio para subsidiar conhecimento na área de finanças.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo essa introdução. A segunda seção trata da fundamentação teórica que abrange aspectos sobre o planejamento financeiro pessoal por meio de investimentos. Na terceira seção descreve-se a metodologia da pesquisa. Na quarta apresenta-se os resultados do estudo e, por fim, a quinta seção é dedicada às considerações finais.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta o referencial teórico que serviu de base para a realização do estudo. Nele estão contemplados os seguintes assuntos: educação financeira, planejamento financeiro pessoal e os tipos de investimentos financeiros.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira, em sua maioria, não é abordada na grade curricular das escolas brasileiras e até mesmo de algumas universidades. A falta dessa instrução é sentida quando o jovem precisa administrar seus recursos financeiros e não sabe como proceder levando a decisões equivocadas que afetam seu futuro. Da Silva; Teixeira; Beiruth (2016) afirmam que se o indivíduo sabe planejar seus gastos de acordo com sua renda, o mesmo sabe o que é educação financeira e terá noções para gerir suas finanças.

Portanto existe a necessidade de promover investimentos educacionais em finanças pessoais sobretudo em relação a aposentadoria, pois a expectativa de vida vem crescendo em todo o mundo (DA SILVA; NETO; ARAUJO, 2017).

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

A queda das taxas de fecundidade e o envelhecimento da população, possui como contrapartida maior número de beneficiários da previdência social do que contribuintes. Logo, a viabilidade desses recursos pode ser afetada fazendo com que a responsabilidade pela aposentadoria seja transferida do Estado para os cidadãos. Desta forma, entende-se a importância do planejamento financeiro como uma forma de garantir a renda futura (PINHEIRO, 2008).

Por outro lado, para Lizote *et al.* (2016), a falta de planejamento leva a gastos desnecessários que impedem a construção de uma poupança ou investimentos visando obter garantias futuras.

Além disso, Dietrich (2016) afirma que o momento ideal para começar um planejamento financeiro para a aposentadoria é quando o indivíduo está numa fase mais madura e possui estabilidade profissional ou quando sua renda já passou do teto previdenciário.

Entretanto o indivíduo que não realiza um planejamento financeiro para a aposentadoria não possui conhecimentos acerca do teto, piso e fator previdenciário. Logo quem realiza possui maiores conhecimentos e está predisposto a continuar com o planejamento financeiro para a aposentadoria (DIETRICH, 2016).

Diante disso o planejamento financeiro pessoal auxilia os indivíduos a terem um maior controle sobre suas finanças por meio da elaboração de metas e objetivos que impulsionam o crescimento profissional (RESENDE, 2017). Desta forma, o planejamento é responsável por traçar metas para que objetivos possam ser alcançados e definir meios de investimentos (ACCORSI *et al.*, 2017).

Por fim, entende-se a importância do planejamento financeiro pessoal como um meio de conhecer formas de investimentos e de garantir segurança ao fim das atividades laborais.



2.3 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos são aplicações em ativos financeiros que tragam ao investidor perspectivas de lucros futuros. (LIZOTE *et al.*, 2016).

Por outro lado, no mercado financeiro existem várias formas de investimentos com remunerações diferenciadas que devem ser bem analisadas, pois, em sua maioria, há taxas distintas e incidência de tributos que afetam o resultado final da aplicação (BILK *et al.*, 2016).

Sendo assim, para garantir estabilidade financeira na aposentadoria é importante conhecer algumas formas de investimentos as quais serão apresentadas a seguir.

2.3.1 Cadernetas de Poupança

Os depósitos de poupança são remunerados, conforme Brasil (1991, p. 01) na Lei nº 8.177, art 12, pela Taxa Referencial (TR) e por uma remuneração adicional, composta por:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou b) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

Em conformidade com a referida Lei, para as pessoas físicas os rendimentos serão efetuados mensalmente na data de aniversário da conta, ou seja, o dia do mês de abertura (BRASIL, 1991).

2.3.2 Previdência privada

A previdência privada é facultativa, organizada de forma autônoma da previdência social, com objetivo de estabelecer planos previdenciários de forma complementar (BRASIL, 2001a).

De acordo com Diniz e Corrar (2017), a previdência privada é um investimento procurado por pessoas que estão no mercado de trabalho como garantia de uma renda maior para a aposentadoria, haja vista que a gestão do sistema público está cada vez mais complexa em decorrência de diversas variáveis.

Por outro lado, a renda, a escolaridade e idade, influenciam na escolha pela previdência complementar. No entanto, como a expectativa de vida da população está crescendo a busca por este investimento também tende a evoluir (COSTA; SOARES, 2017).

A previdência privada pode ser dividida por dois segmentos: Fechada e aberta. Para Diniz e Corrar (2017), a previdência fechada é administrada por entidades do terceiro setor que possuem planos previdenciários disponibilizados a funcionários de determinadas empresas ou entidades. Já a previdência complementar aberta é oferecida para qualquer indivíduo e é gerenciada por instituições com fins lucrativos fiscalizadas pela Superintendência de seguros privados (SUSEP).



Para Susep (2018), as duas principais modalidades da previdência complementar aberta são: Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Ambas garantem uma renda mensal vitalícia ou por um determinado período após um tempo de acumulação de recursos.

Para a Superintendência de seguros privados, a única diferença entre o PGBL e o VGBL se dá pelo fato do primeiro ter o benefício fiscal de deduzir nas declarações de imposto de renda pelo modelo completo até 12% da sua receita bruta anual, porém no momento do resgate o imposto de renda incidirá sobre o valor total ao passo que o VGBL não possui benefício fiscal, mas o imposto de renda incidirá somente sobre os rendimentos (SUSEP, 2018).

2.3.3 Certificado de Depósito Bancário e Recibo de Depósito bancário

Os bancos autorizados pelo Banco Central e que respeitam o regulamento do Conselho Monetário Nacional (CMN) podem emitir Certificados de depósito bancário (CDB) para seus depositantes com prazo superior a 18 meses. Esse título garante a seus investidores uma promessa de pagamento no vencimento com valor depositado corrigido pelas taxas acordadas (BRASIL, 1965).

Salienta-se ainda que os CDB's possuem prazo de vencimento determinados mas podem ser negociados em bancos ou resgatados antes do prazo. Já o Recibo de Depósito Bancário (RDB) não podem ser negociados ou resgatados antes do prazo (ASSAF NETO, 2015).

Por outro lado, Assaf Neto (2015) afirma que a remuneração pode ser prefixada ou pós fixada e os rendimentos gerados sofrem incidência de imposto de renda de acordo com uma tabela regressiva.

2.3.4 Títulos públicos

Os títulos públicos são emitidos, segundo Assaf Neto (2015), com o intuito de cobrir os gastos com a dívida pública ou para auxiliar em políticas monetárias. Como por exemplo ao emitir títulos públicos o governo reduz a liquidez do mercado, ou seja, retira dinheiro da população. Por outro lado, na recompra o governo eleva a liquidez.

Os títulos públicos desenvolvidos pelo Tesouro Nacional são investimentos de renda fixa comercializados pela internet por intermédio do programa Tesouro Direto. Dentre suas principais vantagens estão: rentabilidade, baixo risco e baixas taxas de administração (BILK *et al.*, 2016).

2.3.5 Letra de Crédito do Agronegócio

A Letra de Crédito de Agronegócio (LCA) representa uma promessa de pagamento em espécie, cuja emissão é específica de instituições financeiras públicas e privadas. No entanto, o título deverá ser registrado em sistema de registro e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil (BCB). Por outro lado, o valor do mesmo não poderá exceder os direitos creditórios oriundos de negociações entre os produtores rurais com suas cooperativas ou terceiros que são vinculados aos títulos (BRASIL, 2004b).



Desta forma, a LCA é emitida por instituições financeiras com o intuito de amparar as atividades relacionadas ao agronegócio gerando um maior crédito para estas operações (ALMEIDA; CUNHA, 2017).

2.3.6 Letra de Crédito Imobiliário

As Letras de Créditos Imobiliários (LCI) são instrumentos financeiros de renda fixa que podem ser atualizadas mensalmente por índices de preços, segundo Brasil (2004a), no art 13 da Lei nº 10.931/04, desde que emitida com prazo mínimo de trinta e seis meses. No entanto, a atualização é vedada quando há um resgate antes do prazo.

Em suma esse investimento é utilizado para a captação de recursos para o financiamento de imóveis que pode ser garantida por créditos imobiliários ligados a hipotecas ou alienação de um imóvel e concedem aos tomadores o direito ao crédito pelo valor nominal, juros e atualização monetária (FORTUNA, 2014).

Para o Imposto de Renda, os ganhos de capital são isentos para pessoas físicas e para as pessoas jurídicas segue a tabela regressiva para ganho de capital em relação ao prazo de permanência (FORTUNA, 2014).

2.3.7 Fundos de Investimento

Fundos de investimentos são condomínios constituídos com intuito captar recursos financeiros por meio de cotas (valores mobiliários) e promover a aplicação coletiva em carteiras de ativos financeiros no mercado de capitais (CVM, 2014).

Existem três taxas que incidem sobre o valor aplicado, segundo Assaf Neto (2015), sendo elas: I) Taxa de administração referente aos serviços prestados pelas instituições de operacionalização, está definida no regulamento do fundo e incide sobre o valor da aplicação; II) Taxa de saída é cobrada quando realizado o resgate antes do prazo estabelecido, no entanto deve estar definida no estatuto do fundo; III) Taxa de performance quando há uma rentabilidade superior a um indicador de referência.

Contudo, Felipe, *et al* (2017, p. 100) afirma que “quanto maior a expectativa de renda na aposentadoria de um indivíduo, menor sua tendência a aplicar em fundos de investimento.”

De acordo com Lopes (2017), os fundos de investimento são constituídos em forma de condomínio, onde investidores adquirem cotas para posteriormente obter lucros no resgate da aplicação.

2.3.8 Ações

As ações são títulos de renda variável emitidos por sociedades anônimas para captar recursos que representam uma parcela de seu capital social, podem ser divididas em ordinárias e preferenciais. Sendo que a primeira possui direito a voto em assembleias e a segunda a prioridade na distribuição de dividendos (BRASIL, 1976).

Para pessoas físicas, os ganhos líquidos referentes a venda de ações que não exceder o valor mensal de R\$ 20.000,00 estarão isentos de Imposto de renda (IR). Já os dividendos recebidos não são tributados pois a sociedade anônima apurou



o IR e os demais tributos. Portanto o valor recebido pelos acionistas não sofrerá nenhuma tributação para que não haja duplicidade na mesma operação (BRASIL, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados a metodologia utilizada na pesquisa e o procedimento para a coleta de dados.

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto à sua abordagem para realização da análise de dados, a pesquisa possui caráter quantitativo, que busca descrever o comportamento financeiro dos jovens em estudo frente a nova perspectiva previdenciária por meio de levantamento estatístico. Para Michel (2015) a pesquisa quantitativa entende que informações serão melhores entendidas se forem transformadas em números e forem quantificáveis. Logo, os dados obtidos por meio da pesquisa poderão ser analisados por meio de percentuais para alcançar uma resposta para o problema em questão.

Quanto aos objetivos, este estudo se caracteriza como descritiva pois, de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61), “procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.” Além disso, Michel (2015) afirma que a pesquisa descritiva descreve, explica fatos e problemas reais. E assim, pode-se fazer relações entre as variáveis. No entanto, não interfere no ambiente. Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender o entendimento dos acadêmicos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas sobre a manutenção do padrão de vida e poder econômico ao fim das atividades laborais.

Em relação aos procedimentos, utilizou-se um estudo do tipo levantamento, por meio de um questionário que foi aplicado aos acadêmicos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) para a coleta de dados. Appolinário (2006, p. 115) afirma que a pesquisa por levantamento “tem por finalidade apenas investigar as características de determinada realidade ou mesmo descobrir as variáveis componentes dessa realidade”. Além disso, Michel (2015) defende que a pesquisa de levantamento busca opiniões, atitudes de um grupo relacionado ao objeto de interesse. Assim, coleta dados por amostragem por meio de estatísticas para conhecer fatos para tomar decisões.

Foram realizados estudos anteriores com a mesma temática, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Estudos anteriores com a mesma temática

(Continua)

Autor	Assunto
Pinheiro (2008)	Ressaltou sobre a importância do planejamento financeiro no âmbito da previdência complementar.
Dietrich (2016)	Analisou o perfil dos acadêmicos dos cursos de especialização de uma Instituição Superior do Estado do Rio Grande do Sul frente ao planejamento financeiro para a aposentadoria.



(Conclusão)

Lopes, <i>et al</i> (2016)	Realizou uma pesquisa analisando os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino frente ao planejamento financeiro pessoal.
----------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

É possível avaliar, de acordo com o quadro 01, que o assunto tratado neste artigo já foi abordado em outras pesquisas. Desta forma, posteriormente poderá ser realizada uma comparação de resultados.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS

Foi aplicado um questionário composto por perguntas objetivas sobre finanças pessoais e investimentos que obedece a escala Likert, onde há cinco opções de respostas, sendo elas: Concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo parcialmente, discordo totalmente, não concordo e nem discordo.

Para elaboração do questionário foi utilizado como base o estudo e o questionário elaborado por Dietrich (2016) que realizou uma pesquisa com os cursos de especialização de uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul com intuito de verificar se os entrevistados realizavam um planejamento financeiro para a aposentadoria.

Com o intuito de traçar o perfil financeiro e o comportamento dos acadêmicos concluintes dos cursos Ciências Contábeis e Ciências Econômicas frente a finanças pessoais e planejamento financeiro previdenciário, o questionário foi dividido em três seções, sendo elas: I) Bloco A: seção destinada para identificar as características dos entrevistados; II) Bloco B: seção destinada para verificar a percepção e comportamento dos acadêmicos a respeito de finanças pessoais e planejamento financeiro; III) Bloco C: seção destinada para verificar o conhecimento dos acadêmicos sobre planejamento financeiro pessoal voltada a aposentadoria.

A pesquisa foi aplicada nos meses de abril e maio de 2018 na UNESC com questionário em via física. Para tabular os dados coletados foi utilizada a ferramenta “Google Forms” e posteriormente uma planilha em “Microsoft Excel 2016”.

Os cursos abordados na pesquisa foram a última fase do curso Ciências Econômicas e as duas últimas fases de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

O curso de Ciências Econômicas não possui acadêmicos na oitava fase, haja vista que todo ano são abertas vagas somente para o primeiro semestre, desta forma, neste semestre não há acadêmicos na oitava fase. Por este motivo, para aplicar a pesquisa foi selecionada a matéria que há mais acadêmicos matriculados alcançando o número de 20 inscritos. Já no curso de Ciências Contábeis, a pesquisa foi aplicada em quatro turmas, totalizando o número de 140 acadêmicos inscritos.

Posteriormente, por meio de um levantamento constatou-se que os números de acadêmicos eram de 160, sendo que o número de pesquisas validadas foram de 99, ou seja, 61,88%. Sendo que o curso de Ciências Contábeis representa 92,93% dos entrevistados, e 7,07% são acadêmicos de Ciências Econômicas.



4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa, bem como a análise desenvolvida. Este tópico será dividido em quatro seções, sendo que as três primeiras acompanham a divisão do questionário aplicado. Na primeira seção apresenta-se a identificação dos entrevistados, já na segunda seção aborda-se sobre o comportamento dos entrevistados em relação a finanças e na terceira seção demonstra-se o perfil dos mesmos frente ao planejamento financeiro para aposentadoria. E por fim, na quarta seção foi realizado o comparativo desta pesquisa com outras já realizadas.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

O primeiro bloco do questionário foi destinado para traçar as características para os respondentes. Desta forma, as perguntas abordaram sobre faixa etária, estado civil, renda mensal e gênero. Na Tabela 1, encontra-se a faixa etária dos entrevistados.

Tabela 1: Faixa etária

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Até 21 anos	13	13,13%	13,13%
Entre 22 e 25 anos	73	73,74%	86,87%
Entre 26 a 30 anos	9	9,09%	95,96%
Entre 31 a 35 anos	4	4,04%	100,00%
Mais que 36 anos	0	0,0%	
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Dos 99 entrevistados, 73,74% possuem idade entre 22 e 25 anos, 13,13% até 21 anos, 9,09% entre 26 a 30 anos e 4,04% entre 31 a 35 anos. Nenhum dos entrevistados possuem idade superior a 36 anos.

Na Tabela 2, será apresentado o estado civil dos entrevistados.

Tabela 2 - Estado civil

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Solteiro	84	84,85%	84,85%
Casado	9	9,09%	93,94%
Divorciado	1	1,01%	94,95%
Viúvo	0	0,0%	94,95%
União Estável	5	5,05%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Em análise a Tabela 2, verificou-se que 84,85% dos entrevistados são solteiros, este fato se justifica pela faixa etária levantada na Tabela 1. Logo, os indivíduos estão optando por casar cada vez mais tarde, se comparado aos séculos passados, conseqüentemente, optam por terem menos filhos justificando o menor número de contribuintes ao INSS nos últimos anos. Em seguida, constatou-se que



9,09% dos acadêmicos são casados, 5,05% possuem uma união estável e apenas um acadêmico é divorciado.

A Tabela 3 apresenta a renda mensal dos entrevistados.

Tabela 3 - Renda mensal

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Até R\$ 1.000,00	18	18,18%	18,18%
Entre R\$1.000,01 e R\$ 2.500,00	69	69,70%	87,88%
Entre 2.500,01 e R\$ 3.500,00	10	10,10%	97,98%
Entre 3.500,01 e 4.500,00	1	1,01%	98,99%
Acima de R\$ 4.500,01	1	1,01%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Ao verificar as informações pertencentes a Tabela 3, constatou-se que quase 70% dos acadêmicos ganham mensalmente entre R\$ 1.000,01 e R\$ 2.500,00, 18,18% ganham até R\$ 1.000,00, os demais ganham mais de R\$ 2.500,01.

Para completar o perfil dos entrevistados, houve a necessidade de mensurar o número de acadêmicos por gênero, sendo que 55,56% são mulheres e 44,44% são homens.

4.2 PERFIL FINANCEIRO DOS ENTREVISTADOS

Nesta seção serão apresentados os dados coletados para traçar o perfil financeiro dos entrevistados e seus conhecimentos sobre finanças e planejamento financeiro.

Solicitou-se para os acadêmicos mensurarem sua percepção em relação a frase “Possuo sólidos conhecimentos em finanças pessoais”, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Conhecimento sobre finanças pessoais

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Concordo totalmente	29	29,29%	29,29%
Concordo parcialmente	54	54,55%	83,84%
Discordo totalmente	0	0,00%	83,84%
Discordo parcialmente	8	8,08%	91,92%
Não concordo e nem discordo	8	8,08%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Observou-se que 54,55% dos entrevistados responderam que concordam parcialmente com a afirmação, 29,29% que concordam totalmente.

Com intuito de avaliar a percepção dos entrevistados a respeito da afirmação “Considero o planejamento financeiro muito importante”, solicitou-se para os mesmos analisarem a opção que melhor se enquadra com seu perfil, conforme Tabela 5.



Tabela 5 - Relevância do planejamento financeiro

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Concordo totalmente	92	92,93%	92,93%
Concordo parcialmente	7	7,07%	100,00%
Discordo totalmente	0	0,00%	
Discordo parcialmente	0	0,00%	
Não concordo e nem discordo	0	0,00%	
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Observou-se que 92,93% dos acadêmicos informaram que concordam totalmente com a afirmação e os demais concordam parcialmente.

Ao questionarmos os acadêmicos sobre a importância de poupar dinheiro, obteve-se os resultados conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Importância de poupar dinheiro.

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Concordo totalmente	89	89,90%	89,90%
Concordo parcialmente	10	10,10%	100,00%
Discordo totalmente	0	0,00%	
Discordo parcialmente	0	0,00%	
Não concordo e nem discordo	0	0,00%	
	99	100%	

Fonte: Elaboração própria (2018)

Verificou-se que 89,90% acreditam ser muito importante poupar dinheiro e outros 10,10% concordam parcialmente com a afirmação.

Com o intuito de avaliar o perfil financeiro dos acadêmicos, solicitou-se para os mesmos mensurarem entre as opções se eles concordam que é muito importante realizar investimentos financeiros, conforme Tabela 7.

Tabela 7 - Entendimento sobre a importância de realizar investimentos financeiros

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Concordo totalmente	68	68,69%	68,69%
Concordo parcialmente	25	25,25%	93,94%
Discordo totalmente	0	0,00%	93,94%
Discordo parcialmente	1	1,01%	94,95%
Não concordo e nem discordo	5	5,05%	100,00%
	99	100%	

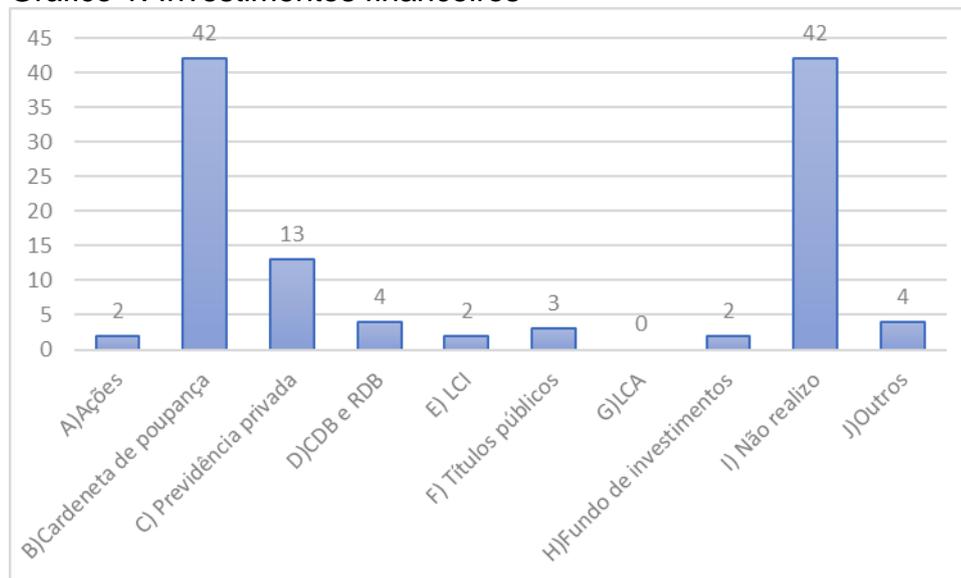
Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Desta forma, verificou-se que 68,69% dos acadêmicos concordaram totalmente, 25,25% parcialmente, 5,05% permaneceram neutros e 1,01% discordaram parcialmente.

Em seguida, solicitou-se para os acadêmicos identificarem entre as opções quais eram os investimentos que eles utilizavam, conforme gráfico 1.



Gráfico 1: Investimentos financeiros



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O investimento mais utilizado é a Carteira de poupança, possivelmente pela facilidade de aplicação e por garantir segurança. Em seguida, está a previdência privada, sendo uma opção de investimentos para 13 dos entrevistados, após CDB e RDB utilizada por 4 pessoas.

É importante salientar que apenas 2 acadêmicos aplicam seu dinheiro em ações, esse fato justifica-se por se tratar de um investimento de renda variável, conseqüentemente, oferece maiores riscos. Desta forma, compreende-se que os entrevistados possuem um perfil mais conservador.

Vale ressaltar que os acadêmicos que responderam “outros” se referem a Bitcoin e a COE. Por fim, foi possível analisar que 42 acadêmicos não realizam nenhum tipo de investimento financeiro.

Ao questionar quantos salários mínimos representavam seus investimentos, obteve-se as respostas representadas na Tabela 8.

Tabela 8 - Quantidade salários aplicados em investimentos

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Nenhum	59	59,60%	59,60%
Entre 1 a 3 salários	26	26,26%	85,86%
Entre 4 a 6 salários	9	9,09%	94,95%
Entre 7 a 10 salários	2	2,02%	96,97%
Acima de 10 salários	3	3,03%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

De acordo com a Tabela 8, 59 acadêmicos não possuem nenhum salário mínimo aplicado sendo que desses 71,19% realmente não realizam nenhum tipo de investimento. Em seguida, há de se destacar que 26,26% tem entre 1 a 3 salários mínimos investidos, 9,09% entre 4 a 6 salários mínimos e os demais possuem mais de 7 salários mínimos investidos.



Por outro lado, destaca-se que 89,90% dos entrevistados consideram importante poupar dinheiro, porém somente 40,40% dos entrevistados possuem mais de um salário aplicado em investimentos. Desta forma, pode-se afirmar que os mesmos consideram importante, porém por outras razões não o fazem ou não sabem como planejar-se.

Com base nas respostas obtidas para a afirmação “Possuo sólidos conhecimentos em finanças pessoais”, onde 54,55% concordam parcialmente verifica-se que os mesmos não possuem conhecimento suficiente para realizar um planejamento e por este motivo, pode-se dizer que não possuem muito dinheiro investido.

4.3 COMPORTAMENTO DOS ENTREVISTADOS FRENTE À PERSPECTIVA PREVIDENCIÁRIA

Neste tópico será abordado sobre o comportamento financeiro dos entrevistados frente a perspectiva previdenciária, ou seja, questionou-se o que eles esperam da previdência social, sobre a importância do planejamento para aposentadoria e se o realizam.

Para identificar o comportamento dos entrevistados buscou-se entender se os mesmos esperam se aposentar pela previdência social. Ao avaliar os resultados verificou-se que os acadêmicos possuem opiniões diferentes referente ao assunto, conforme Tabela 9.

Tabela 9 - Comportamento frente a nova perspectiva previdenciária

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Concordo totalmente	12	12,12%	12,12%
Concordo parcialmente	31	31,31%	43,43%
Discordo totalmente	23	23,23%	66,67%
Discordo parcialmente	9	9,09%	75,76%
Não concordo e nem discordo	24	24,24%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Ao analisar a Tabela 9, observou-se que 24,24% se mantem neutros, os demais se encontram divididos entre concordar e discordar com a possibilidade de ser aposentado pela previdência pública. Logo, entende-se que os mesmos, de modo geral, não possuem uma opinião unânime a respeito da viabilidade de se aposentar pelo sistema público.

Por outro lado, a fim de verificar qual a opinião dos acadêmicos em relação ao a importância do planejamento para a aposentadoria foi realizado este questionamento, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Importância do planejamento para aposentadoria.

(Continua)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Concordo totalmente	78	78,79%	78,79%
Concordo parcialmente	18	18,18%	96,97%
Discordo totalmente	0	0,00%	96,97%
Discordo parcialmente	1	1,01%	97,98%



			(Conclusão)
Não concordo e nem discordo	2	2,02%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Foi possível analisar 78,79% concordam totalmente e outros 18,18% concordam parcialmente com a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria. Porém destes 75,00% ainda não começaram a realizá-lo, conforme Tabela 11 que relata a programação dos acadêmicos para começar a realizar o planejamento financeiro.

Tabela 11 - Programação para começar o planejamento financeiro

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Em menos de um ano	12	16,67%	16,67%
Entre um e três anos	26	36,11%	52,78%
Entre três e cinco anos	7	9,72%	62,50%
Em mais de cinco anos	23	31,94%	94,44%
Não pretendo realizar	4	5,56%	100,00%
	72	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Em seguida, verificou-se que dos 72,73% que não realizam um planejamento para a aposentadoria, 16,67% afirmaram que começarão um planejamento em menos de um ano, 36,11% entre um e três anos, 9,72% entre três e cinco anos, 31,94% em mais de cinco anos e 5,56% não pretendem realizar. Por outro lado, foi possível constatar que 27,27% dos acadêmicos já começaram a realizar um planejamento financeiro para a aposentadoria.

Posteriormente, analisou se os acadêmicos consideravam a previdência privada como melhor forma de investimento para aposentadoria.

Tabela 12 - A previdência privada é a melhor opção como forma de planejamento

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Concordo totalmente	18	18,18%	18,18%
Concordo parcialmente	45	45,45%	63,64%
Discordo totalmente	8	8,08%	71,72%
Discordo parcialmente	8	8,08%	79,80%
Não concordo e nem discordo	20	20,20%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Foi possível averiguar que os acadêmicos se encontram divididos entre concordar e discordar com a afirmação. Sendo que 18,18% concordaram totalmente, 45,45% dos acadêmicos concordaram parcialmente, 8,08% discordaram totalmente, 8,08% discordaram parcialmente e 20,20% se mantiveram neutros.

Por fim, solicitou-se para os acadêmicos assinalarem entre as opções quanto que eles consideravam suficiente receber na aposentadoria para manter o padrão de vida. O resultado está exposto na Tabela 13.



Tabela 13 - Valor necessário para manter o padrão de vida na aposentadoria

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
R\$ 3.000,00	23	23,23%	23,23%
R\$ 5.000,00	49	49,49%	72,73%
R\$ 10.000,00	23	23,23%	95,96%
R\$ 15.000,00	2	2,02%	97,98%
R\$ 20.000,00	2	2,02%	100,00%
	99	100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Logo é possível avaliar que 23,23% acreditam ser necessário receber R\$ 3.000,00 na aposentaria para manter o padrão de vida, 49,49% acreditam ser necessário receber R\$ 5.000,00, 23,23% acreditam ser necessário receber R\$ 10.000,00, e os demais acreditam ser necessário receber entre R\$ 15.000,00 à R\$ 20.000,00.

Dessa forma, considerando um rendimento anual de 5% acima da inflação é possível verificar quanto é necessário guardar ao longo dos anos para que seja possível adquirir um capital que renda a cada mês os valores citados na Tabela 13, sem que haja desgaste do capital.

Tabela 14: Montante para possuir o rendimento mensal desejado

Frequência	Rendimento mensal	Rendimento anual	Montante
23	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 720.000,00
49	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 1.200.000,00
23	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 2.400.000,00
2	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 3.600.000,00
2	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 4.800.000,00
99	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Portanto é possível constatar que para ter como rendimentos mensais o valor de R\$ 3.000,00 sem corroer o capital aplicado, é necessário aplicar o valor de R\$ 720.000,00, para possuir rendimentos mensais de R\$ 5.000,00 é necessário aplicar R\$ 1.200.000,00, para possuir rendimentos mensais de R\$ 10.000,00 é necessário aplicar R\$ 2.400.000,00, para possuir rendimentos mensais de R\$ 15.000,00 é necessário aplicar R\$ 3.600.000,00 e para possuir rendimentos mensais de R\$ 20.000,00 é necessário aplicar R\$ 4.800.000,00

Logo é possível verificar que é necessário realizar um planejamento financeiro bem rígido se o indivíduo possuir a intenção de economizar para manter a renda citada na Tabela 13 utilizando como forma de aplicação a poupança após adquirir o montante informado na Tabela 14.

4.4 COMPARATIVO COM TRABALHOS COM A MESMA TEMÁTICA

É possível realizar a comparação dos dados coletados nesta pesquisa com outras já realizadas com a mesma temática. Desta forma, Pinheiro (2008) relatou que a população precisa de maior instrução acerca do planejamento financeiro pessoal voltado a aposentadoria. Logo salientou sobre a importância de promover medidas educativas neste âmbito.



Na pesquisa de Dietrich (2016) quase 100% dos entrevistados que afirmaram conhecer o estado financeiro da previdência social relatam que este pode comprometer, de forma integral ou parcial, o recebimento de sua aposentadoria, ao passo que nesta pesquisa foi possível avaliar que 43,43% dos pesquisados esperam se aposentar pela previdência social.

Dietrich (2016) constatou que realizar investimentos financeiros é um importante meio para realizar um planejamento financeiro. Em seguida, verificou que o investimento mais utilizado, de modo geral, é a poupança. Afirma que poupar e realizar investimentos trará uma segurança para os indivíduos que dependem exclusivamente como renda futuramente o benefício fornecido pela previdência social. Portanto, afirma que poupar é caminho para realizar o planejamento. Por fim, conclui que quem conhece o estado atual da previdência social tem maior propensão a realizar um planejamento para a aposentadoria e que quem realiza utiliza a previdência privada como forma de investimento.

Por outro lado, Lopes *et al* (2016) verificou que os acadêmicos se consideram equilibrados em relação as finanças, realizam o controle de suas finanças e possuem o hábito de poupar. Já nessa pesquisa, constatou-se que os acadêmicos possuem uma compreensão da importância do planejamento financeiro para aposentadoria, sobre poupar e a realização de investimentos. No entanto, grande maioria ainda não o realiza, mas pretendem começar.

Nessa pesquisa foi possível avaliar que 42,42% dos acadêmicos investem em Caderneta de poupança. Esse valor é inferior ao encontrado por Coutinho; Santos (2016), que cita que 52,70% dos acadêmicos do curso de Engenharia de Produção aplicam em caderneta de poupança, apesar desta ter rendimentos abaixo da inflação no período de aplicação da pesquisa. Por fim, verificou-se que os acadêmicos possuem, em ambas as pesquisas, um perfil mais conservador em relação aos investimentos realizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a nova perspectiva da Previdência Social, ocasionada pelo déficit previdenciário somado ao já conhecido teto previdenciário e fator previdenciário que levam os indivíduos a perderem seu poder de compra quando há a necessidade de cessar as atividades laborais, surge a necessidade de planejar-se financeiramente para a aposentadoria com intuito de manter o mesmo padrão de vida ao do final da carreira. Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender o entendimento dos acadêmicos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UNESC sobre a manutenção do padrão de vida e poder econômico ao fim das atividades laborais. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário quantitativo de caráter descritivo.

O primeiro objetivo específico teve como propósito demonstrar a importância do planejamento pessoal para o controle das finanças a longo prazo. Ao avaliar os resultados é possível constatar que apenas 29,29% dos acadêmicos concordam totalmente que possuem sólidos conhecimentos a respeito de finanças pessoais. Por outro lado, cerca de 90% concordam totalmente com a necessidade de poupar dinheiro e realizar um planejamento financeiro. Além disso, observou-se que apenas



57 acadêmicos realizam algum tipo de investimento financeiro, dando um maior destaque a poupança.

Com base nesses dados é possível concluir que quando o indivíduo não é instruído financeiramente, ou seja, não possui conhecimentos sobre finanças, ele tem consciência da importância de poupar ou de realizar um planejamento, porém não sabe como fazê-lo. Desta forma, ao buscar uma forma de investir acaba por optar pela caderneta de poupança por se tratar de um investimento simples, de fácil acesso e entendimento.

O segundo objetivo específico teve por finalidade destacar a importância do planejamento previdenciário aos jovens. Após o contato com os acadêmicos foi possível avaliar que os mesmos possuem uma preocupação quanto a disponibilidade de recursos do sistema público, de forma que 25% dos acadêmicos se mantiveram neutros quando questionados sobre as disponibilidades de recursos da Previdência Social para arcar com os benefícios dos mesmos ao final das suas atividades laborais. Por este motivo grande maioria pretende começar um planejamento em menos de 5 anos. Em seguida, verificou-se que 27,27% dos acadêmicos já realizam este planejamento.

O terceiro objetivo específico tratou de estudar o perfil dos jovens com relação ao planejamento financeiro para a aposentadoria. No decorrer da pesquisa foi possível avaliar que os acadêmicos possuem um perfil mais conservador, sendo que a opção de investimento mais utilizada entre os mesmos é a caderneta de poupança e o menos utilizado é aplicação em ações.

. Desta forma, em resposta à questão de pesquisa do estudo - O jovem se prepara financeiramente a longo prazo para a nova perspectiva imposta pelo déficit previdenciário?- foi possível avaliar que atualmente os acadêmicos em sua maioria, ou seja, mais de 70% não realizam um planejamento financeiro para a aposentadoria. No entanto, pretendem começar a realiza-lo.

Apresenta-se como limitação deste estudo o fato de que os resultados somente são válidos para os alunos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UNESC. Sugerem-se realizar novos estudos com a mesma temática com os alunos concluintes de todos os cursos da Unidade de Ciências Sociais Aplicadas ou realizar novas pesquisas com cursos de especialização para realizar comparações. Por fim, sugere-se também realizar um estudo sobre como elaborar um planejamento financeiro para a aposentadoria.

REFERÊNCIAS

ACCORSI, Rafael De Souza *et al.* Influência do curso de Administração nas finanças pessoais de seus alunos. **Acta Negócios**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-106, abr. 2017. Disponível em: <
<https://revistas.unasp.edu.br/actanegocios/article/view/1023/930>> Acesso em: 28. maio. 2018.

ALMEIDA, Andre Luís Fernandes de; CUNHA, Daniel Pangrácio Ahouagi. **estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil do investidor brasileiro**. 2017. 100 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.



APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência**: Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 403 p.

BILK, Ângela *et al.* Tributação no resultado dos investimentos e das aplicações no mercado financeiro nacional. **Reavi**, Itajaí, v. 5, n. 8, p.1-13, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/8661/6414>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.728**, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4728.htm> Acesso em : 29. Abr. 2018.

_____. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 24. Abr. 2018.

_____. **Lei nº 8.177**, de 1 de março de 1991. Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8177.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Lei complementar nº 109**, de 29 de maio de 2001a. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm> Acesso em: 20. Abr. 2018.

_____. **Lei nº 10.179**, de 6 de fevereiro de 2001b. Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10179.htm> Acesso em: 21. Abr. 2018.

_____. **Lei nº 10.931**, de 02 de agosto de 2004a. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 1o de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Lei/L10.931.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Lei nº 11.076**, de 30 de dezembro de 2004b. Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de



Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei no 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Lei/L11076.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____. Receita Federal. **Perguntão**. 2017. Disponível em:

<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/cidadao/irpf/2017/perguntao>>. Acesso em: 7 out. 2017.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/menu/investidor/publicacoes/livros.html>>. Acesso em: 23 set. 2017.

COSTA, Patrícia Romualdo; SOARES, Thiago Costa. A demanda por previdência privada no Brasil: uma análise empírica. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 36-50. out. 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2017v20n1p36/35329>> Acesso em: 12.maio. 2018.

COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva; SANTOS, Alan da Silva. Educação Financeira para alunos de um curso de Engenharia de Produção Financial Education for students of a Production Engineering Course. **BoEM-Boletim online de Educação Matemática**, Joinville, v. 4, n. 7, p. 234-253, ago/dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.udesc.br/index.php/boem/article/view/8880> Acesso em: 22. Maio. 2018

DA SILVA, Rogério; TEIXEIRA, Arilda; BEIRUTH, Aziz Xavier. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Tangará da Serra, v. 5, n. 10, dez 2016. Disponível em: <

<https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/1382/1574>> Acesso em: 07 out. 2017.

DA SILVA, Jucyara Gomes; NETO, Odilon Saturnino Silva; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro Da Cunha. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de



Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, ago. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/32082> Acesso em: 21.mai. 2018.

DIETRICH, Jônatas. Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: Um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior. **In Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 29-52, maio 2016. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.308/index.php/ufrrj/article/viewArticle/2781>>. Acesso em: 06 out. 2017.

DINIZ, Josedilton Alves; CORRAR, Luiz João. Avaliação da Eficiência Financeira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 44-69, set/dez, 2017. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/14165/pdf>> Acesso em: 23. Maio. 2018.

FELIPE, I. J. dos S. *et al.* Efeito de crise econômica sobre escolhas de ativos para investimentos pessoais. **RAC. Revista de Administração Contemporânea** Rio de Janeiro, v. 21, p. 84-109, abr 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552017000700084&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 21. maio. 2018.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 19. ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

GOOGLE. **Google Formulários**. Disponível em: <<https://www.google.com/docs/about/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298579>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

LIZOTE, Suzete Antonieta *et al.* Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de ensino superior. **Revista da Unifebe**, Brusque, v. 1, n. 19, p.71-85, set. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/viewFile/186/373>>. Acesso em: 12 out. 2017.

LOPES, Gehyza *et al.* **Planejamento financeiro pessoal: uma análise com os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de ensino**. Anais Seminário Científico da FACIG. Manhuaçu, nov, 2016. Disponível em: <<http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/102>>. Acesso em: 01 out. 2017.



LOPES, Jéssica Neves. **Impacto da taxa de administração na performance de fundos de investimento em renda fixa**. 2017. 22 f. TCC (Graduação)- Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19316>>. Acesso em: 01 maio 2018.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PINHEIRO, Ricardo Pena. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. **Fundos de Pensão e Mercado de Capitais**, São Paulo, set. 2008. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

RESENDE, Bruna de Moura. Análise do planejamento financeiro pessoal dos discentes de administração de uma instituição de ensino superior em Monte Carmelo – MG, no ano de 2015. **Getec**, Monte Carmelo, v. 6, p.26-42, 2017. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/1009/733>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SUSEP. Superintendência de seguros privados. **Perguntas mais frequentes sobre planos por sobrevivência - PGBL E VGBL**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/coate/perguntas-mais-frequentes-sobre-planos-por-sobrevivencia-pgbl-e-vgbl>. Acesso em: 26.abr. 2018.